

**I CONACSO – CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS:  
DESAFIOS DA INSERÇÃO EM CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS. 23 A 25  
DE SETEMBRO DE 2015, UFES, VITÓRIA-ES.**

**A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE HELVÉCIA E O USO DA MEMÓRIA  
COMO INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA**

Renato Pasti

Graduado em licenciatura - UNEB

**RESUMO**

Os movimentos quilombolas surgiram como espaço de resistência e luta pelos direitos políticos e sociais. Essas lutas por reconhecimento de direitos dos grupos quilombolas atravessaram as vicissitudes dos regimes políticos brasileiros e se instrumentalizaram nas relações de identidade, memória e de posse da terra. Nesse contexto de disputas contínuas se insere o distrito quilombola de Helvécia, que localiza-se no município de Nova Viçosa no Território de Identidade do Extremo-sul da Bahia. Em meados do século XX essa região foi impactada pelo avanço da monocultura do eucalipto e a desterritorialização e marginalização dessa comunidade tradicional. Para frear o avanço monocultura, em 2005, a comunidade de Helvécia buscou seu reconhecimento como remanescente quilombola. Ao utilizar suas vias de memória, para alicerçar a resistência contra a invasão do grande capital, a comunidade fez uso dos costumes, lugares enlaçados em sua memória que figuram como elementos ancestrais de sobrevivência. Justaposto estes enredos o presente trabalho de pesquisa bibliográfica busca analisar a luz das vias da memória coletiva as práticas de resistência da comunidade frente a marginalização e as violações de seus sentimentos de pertence a terra e a posse da memória.

**Palavras-chave:** Memória; Resistência quilombola; Monocultura do Eucalipto.

**1. A COMUNIDADE DE HELVÉCIA ENTRE A DESTERRITORIZAÇÃO  
E A RETERRITORIZAÇÃO**

A comunidade de Helvécia está localizada no extremo sul da Bahia, mais especificamente no município de Nova Viçosa e, no ano de 2005, foi reconhecida pela Fundação Palmares como área remanescente quilombola. Seu passado está ligado à Colônia Leopoldina, uma sesmaria de posse suíço-alemã, fundada em 1818, originalmente destinada ao povoamento, mas que se

constituiu como colônia agrícola, com grande número de escravos. Ao histórico de Helvécia agrega-se a expansão do eucalipto, que teve início no meado do século XX, no Extremo sul da Bahia.

O sistema escravista e a monocultura do eucalipto deixaram marcas profundas ligadas às características étnicas e culturais da população e, evidenciaram formas identitárias e de resistência da comunidade em relação ao espaço, suas histórias e sua gente.

Com a expansão da produção de eucalipto na região e o estabelecimento da indústria de papel e celulose, os espaços onde anteriormente imperavam as atividades tradicionais da agricultura familiar deram lugar à monocultura. A dominação hegemônica das terras pelo grande capital da empresa de celulose realinhou as relações sociais, desarticulou as organizações econômicas e por consequência, provocou a reelaboração das relações da população local com a sua própria memória no/do espaço.

Gradualmente a compra de terras e a invasão do eucalipto mobilizou a população local negra. A partir de confrontos com as empresas do agronegócios e disputas políticas internas na comunidade, levaram o grupo a se organizar e iniciar a luta pelo reconhecimento do distrito de Helvécia como espaço remanescente quilombola.

Nesse contexto de relações ambíguas de poder, algumas vozes e silêncios, que permeiam discursos na comunidade, trouxeram à tona questionamentos sobre os bastiões da memória coletiva, na perspectiva da posse da terra e desterro, que definiram/definem a organização e vivência da comunidade de Helvécia. Assim também, é pertinente compreender a utilização dos subterrâneos da memória e evidenciar seus lugares remissivos para tornar visível a luta da comunidade contra a infiltração desagregadora do capital latifundiário das empresas de celulose.

Portanto, para analisar os conflitos ligados ao direito à memória e a terra neste lócus é preciso salientar algumas questões norteadoras: A) De que forma a expansão do domínio de terras pelas empresas de agronegócio, no extremo sul da Bahia, desarticulou os vínculos de memória na/da comunidade? B) De que forma a Memória coletiva contribuiu/contribui para que a comunidade resista às consequências da invasão da cadeia produtiva do eucalipto? C) Como a busca do reconhecimento como comunidade

remanescente quilombola reelaborou a memória coletiva ou fez emergir suas memórias subterrâneas, e qual a relação entre o território, ritos, performances e a memória coletiva de Helvécia? Pouco a pouco, essas problemáticas corporificaram-se em tema para a análise do binômio memória/resistência na comunidade remanescente quilombola.

No intuito de alcançar resultados na pesquisa que visassem perceber os alicerces nos lugares de memória que dão sustentação às práticas tradicionais, foram analisados dados, documentos e fontes orais no sentido de compreender a formação da memória coletiva na comunidade de Helvécia. Sendo assim, objetivando também, compreender como os sujeitos e o grupo, na comunidade, se valem da memória coletiva, conferindo-lhe novas configurações e se instrumentalizando nessa como elemento de resistência contra os impactos da monocultura de eucalipto.

## **2. A MEMÓRIA E A TERRA COMO ALICERCES DO SENTIMENTO DE PERTENCE**

O distrito quilombola de Helvécia, localizado no Território de Identidade<sup>1</sup> do Extremo-sul da Bahia apresenta configurações sociais e econômicas típicas do contexto do Brasil imperial. Sua formação está ligada ao início do século XIX, mais especificamente no ano de 1808, com a chegada da família real portuguesa ao Brasil. Nesse período a demografia brasileira ainda era insipiente, motivo pela qual o rei português D. João VI decretou que se fossem doadas sesmarias para colonos estrangeiros que se interessassem na formação de povoados e exploração de terras no Brasil (Gomes, 2009, p.39). Durante todo o século XIX a comunidade de Helvécia<sup>2</sup> se envolveu na produção de café, sendo que “a principal propriedade que garantia o crédito aos produtores de café era o escravo”, como afirma Carmo (2010). A utilização da mão de obra escrava se fazia presente em muitos dos ramos de produção,

---

<sup>1</sup> Regionalização recentemente estabelecida pelo atual governo da Bahia constituída a partir da especificidade dos arranjos sociais e locais de cada região, onde a divisão vem sendo utilizada para a implementação de políticas públicas no Estado, segundo (SEPLAN, 2013)

<sup>2</sup> As sesmarias da colônia de Leopoldina foram doadas a grupos de colonizadores suíços e alemães, por esse motivo a colônia foi rebatizada de Helvécia, em homenagem aos grupos de colonizadores suíços.

assim estabelecendo um número significativo de escravizados na região, como assevera Alane Fraga do Carmo sobre os primeiros momentos da colônia de Leopoldina:

Os vários relatórios dos presidentes das provinciais e os documentos do consulado da Suíça na Bahia discutem a questão da mão de obra empregada no cultivo do café na Colônia de Leopoldina. São quase exclusivamente braços escravos, africanos e crioulos em número muito superior ao de estrangeiros. É difícil, entretanto, precisar a exata população escrava na colônia ao longo dos seus quase setenta anos de existência. (CARMO, 2010, p. 31)

Carmo evidencia que, logo, junto ao aumento da produção, também fazia-se necessário a demanda por uma maior quantidade de mão de obra cativa, o que marca a intensificação das ações escravagistas. Proporcionalmente como resposta ao sistema opressivo da escravidão, emergia a prática de insubordinação, ligada aos projetos de resistência e liberdade (MATTOS, 2008). Quase sempre, estes projetos de liberdade estavam vinculados a posse da terra, aos vínculos de parentesco e pertence com a comunidade, geralmente reforçados pelas práticas dinâmicas de sociabilidade<sup>3</sup> que reafirmavam os laços de identidade do grupo.

A posteriori, nos desenlaces do sistema escravista, a abolição correspondeu para população cativa de Helvécia a possibilidade de articular novas trajetórias através do distanciamento dos miasmas da condição escrava. Segundo Fraga (2006) O processo da posse de terras<sup>4</sup> gerou

---

<sup>3</sup> As dinâmicas de sociabilidade a que se faz referência são os elementos das danças como o bate barriga (dança de tradição africana), festejos como o samba de viola, as religiosidades de matriz africana, trabalhos em grupo na construção de casas como o embarreiro, entre outros. Assim, as práticas agregadoras do grupo que reafirmam o sentimento de pertence e colaboração, embasam a resistência do grupo frente as adversidades do contexto (Santana, 2014).

<sup>4</sup> Sobre a posse de terra em Helvécia, pesquisas não deixam claro como os ex-escravos chegaram à obtê-las. Contudo, nas narrativas de antigos moradores a posse da terra é justificada como uma doação da Princesa Isabel. Os moradores afirmam que receberam aproximadamente 25 braças por família. A pesquisadora da UNEB Liliâne M<sup>a</sup> Cordeiro Gomes (2009) em sua dissertação de mestrado, afirma que há uma lacuna nesse episódio histórico e que o grupo utiliza a memória como forma de preencher tal “hiato”, ela assevera: “talvez este hiato tenha sido preenchido na memória das pessoas de Helvécia buscando um fio condutor entre o fim do cativo e a posse das terras”.

possibilidades de melhoria de condições econômicas e sociais, e sobretudo, a possibilidade de se distanciar do estigma da submissão do cativo, ou seja, o acesso à liberdade.

Gomes (2009) assevera que a gestão desses pequenos lotes de terra pelas famílias dos ex-cativos se baseava na coletividade do trabalho, forma mais eficiente de sobreviver às adversidades. Nessa coletividade, o grupo buscava também fortalecer sua identidade como forma de resistência.

Portanto, essa coletividade era evidenciada em várias situações: para lavrar a terra, construir casas ou comemorar a colheita, a comunidade se reunia em atividades como danças e festejos que reforçavam os laços do grupo (Santana, 2014). Portanto, há indícios que a identidade dos ex-escravos ancorava-se na memória coletiva. Nessa perspectiva de análise Michael Pollak (1992) concorda com Halbwachs sobre a memória quando afirma que, esta é um elemento constituinte do sentimento de identidade tanto individual quanto coletiva.

*A priori*, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constante. (POLACK, 1992, p. 201)

Nesse sentido, quanto a construção e vicissitude coletiva da memória, Beatriz Sarlo (2004) complementa que esses sujeitos, marginalizados durante tanto tempo, e ainda hoje relativamente ignorados buscam novas exigências e tendem a fortalecer o movimento de resistência recorrendo aos discursos da memória. No caso de Helvécia, a memória é referenciada em práticas como a dança do Bate-barriga, as Festas de Terreiro, Samba de Viola, o Embarreiro, entre outras práticas sociais, que possibilitam a sobrevivência da memória do grupo, *pari passo*, que essas memórias são os esteios dos movimentos de resistência.

Assim, a sociabilidade presente no espaço de Helvécia, proporcionava aos sujeitos (individualmente) e ao grupo a reafirmação da identidade e a garantia de que as memórias construídas não desapareceriam, sendo evocadas nas ações coletivas, nos festejos, nos féretros e etc. Sobre isso, Maurice Halbwachs (2012) afirma que lembrar não é meramente reviver, e sim, refazer com imagens e ideias de hoje as experiências do passado e estas, tem o poder de unificar e até aproximar. Ocorre, segundo o autor, que a memória individual é fortalecida pela memória coletiva, desde que as lembranças tenham significados para o sujeito, como se faz transparecer em Helvécia. Acerca disso ele assevera:

Talvez seja possível admitir que um número enorme de lembranças reapareça porque os outros nos fazem recordá-las; também se há de convir que, mesmo não estando esses outros materialmente presentes, se pode falar de memória coletiva quando evocamos um fato que tivesse um lugar na vida de nosso grupo [...] (HALBWACHS, 2012, p. 48).

Contudo, as relações tradicionais que emergiram da posse da terra pelos negros de Helvécia, como foram supramencionados, esbarram um século depois em fatos que desarticulam a vivência da comunidade: o advento da cadeia produtiva do eucalipto no Extremo-sul da Bahia, que fraturou as estruturas concebidas nas relações de sociabilidade da comunidade com o espaço.

A produção do eucalipto e o estabelecimento das indústrias multinacionais (Suzano Celulose e a FIBRIA) têm desestruturado os modos de vida tradicionais, marginalizando, gerando subempregos e violentando a memória do grupo e a sua relação com a terra. A posse da terra pelas empresas de celulose aumentara significativamente no final dos anos 80, deslocando os pequenos produtores rurais de suas terras e em virtude disso rompendo os laços de memória e produção tradicional existente entre estes que lhe conferia significados de pertence. A passo que o latifúndio da monocultura se expandia a comunidade de Helvécia era marginalizada dos dividendos de sua produção. Sobre o domínio das terras empreendida pela FIBRIA e os impactos sociais sobre a população de Helvécia Gomes salienta:

Diante desta situação, a comunidade viu-se obrigada a deslocar-se de seu lugar em busca de alternativas de emprego e sobrevivência. Esses deslocamentos ocorrem tanto para destinos próximos do distrito, como a cidade de Nova Viçosa e Teixeira de Freitas, como para centros mais distantes, entre os quais Vitória, Salvador, São Paulo e Belo Horizonte. (Gomes, 2008. p. 96)

É possível perceber nesse relato que as terras foram gradualmente ocupadas pela monocultura, ilhando a comunidade, provocando migrações, interferindo diretamente e indiretamente nas ações coletivas, desagregando o sentimento de grupo e ferindo as memórias que durante tanto tempo conferiram identidade a comunidade. Sobre a perspectiva do desterro dos lugares de memória, Pierre Nora lança olhares buscando perceber a reciprocidade entre a destruição da memória coletiva e a sobrevivência dessas através de espaços que encarnam suas reminiscências, como afirma Nora (1984):

A curiosidade pelos locais onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória (Nora, 1984.p 7).

É possível que através das palavras de Pierre Nora, entenda-se que a comunidade quilombola tenha recolhido a memória coletiva em lugares de memória (as próprias práticas de sociabilidade e locais físicos como terreiros, igrejas, cemitério e etc.) e que também são bombardeados por ações destrutivas do grande capital.

Contudo, é latente o possível esfacelamento de lugares de memória de Helvécia em detrimento da ocupação territorial do eucalipto, e tal fato, pode ser exemplificado, observando o cemitério da comunidade que encontra-se sitiado

pelos “pés de eucalipto”, e atualmente está engolfado pelo mato e isolado da cidade, em outras palavras, depredado pela monocultura. Neste fato, se evidencia uma violência física e também simbólica<sup>5</sup> que tal produção promove.

Todavia, como um evento de resistência à disseminação do eucalipto, que sufoca e marginaliza a comunidade de Helvécia, para garantir a sobrevivência do grupo surgiu a iniciativa de pleitear a oficialização de suas raízes quilombolas, buscando desta forma, subsídios para conter as lacerações causadas pela monocultura sobre as raízes identitárias da comunidade. A partir dessa ação, o que fica implícita no “emquilombamento”<sup>6</sup> é uma tentativa de resistir as dominações contemporâneas do grande capital. Assim, no ano de 2005, Helvécia foi reconhecida pela Fundação Palmares como área remanescente quilombola<sup>7</sup>.

As condições contemporâneas e externas à comunidade referida, abalaram/abalam as condições materiais e sociais de existência do grupo, ao passo que se desagrega a consciência sobre o pertencimento a essa comunidade, proporcionalmente também, se ergue o desejo de manutenção da memória. Nora, afirma que, “a memória emerge de um grupo que ela une”, portanto, “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (NORA, 1993). Nesse sentido, ao passo que a comunidade sofreu a invasão do eucalipto, esta buscou renovar a resistência nas vias de suas próprias memórias.

Consonante a essa prática de reafirmação, a memória coletiva aferiu ao grupo a função de alicerce e de forças centrípetas aos indivíduos da comunidade. Jacques Le Goff (1994) corrobora com Halbwachs ao afirmar que:

[...] a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando, todas, pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção. (LE GOFF, 1994, p. 469)

---

<sup>5</sup> O conceito de simbólico foi utilizado no texto com base em BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. 7 Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

<sup>6</sup> Emquilombamento refere-se a semantização do ato de resistência, das comunidades tradicionais com origem étnica africana, de se tornar quilombo ou se reconhecer como quilombola;

<sup>7</sup> Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003.



Assim, a memória do grupo ascende sobre as circunstâncias de conflito buscando na coletividade e na ancestralidade raízes profundas suficientes para resistir a invasão imperativa da cadeia produtiva do eucalipto. Ao passo que se reconhecer quilombola aferiu ao grupo as dimensões de memória e identidade que outrora, eram subterrâneas, sob circunstâncias de opressão, o reconhecimento encarnou a funcionalidade da resistência. Sobre a disputa entre as memórias, ditas, oficiais e as memórias subterrâneas ou marginalizadas, Pollack afirma que:

[...] Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. (POLLACK, 1985, p. 3)

Nesse campo de disputa as memórias subterrâneas que emergiram sob uma conjuntura de conflitos ganham contornos de contestação, a partir do contexto que as reelaboram, e que por vias destas instrumentalizam as lutas por direitos da comunidade. Se se declarar ex-escravo denotava sistema simbólico de opressão, ou mesmo atrair sobre si olhares de discriminação, agora para a comunidade de Helvécia as memórias que foram silenciadas se tornaram instrumentos de luta e resistência.

Assim, concebendo a memória como eixo norteador, esta breve análise buscou a articulação metodológica a partir das fontes orais, recorte etnográfico e análise historiográfica. Nesse recorte metodológico as fontes orais foram norteadoras no processo no sentido de articular a análise e dar voz a população do distrito. Thompson (1998) e Portelli (1997) consideram que a história oral ao trazer evidências sobre o passado convertem as falas dos narradores em instrumentos com os quais podemos interpretar e escrever a história. Assim, sendo uma comunidade ligada a grupos africanos e de tradição oral, as narrativas dos moradores de Helvécia contribuíram com a observação sobre alguns impactos provocados pelos movimentos recentes do grande capital, assim como disputas ainda em curso. Contudo as fontes revelaram que mesmo após o distrito ter sido reconhecido pela Fundação Palmares, como

comunidade remanescente quilombola, os desafios e conflitos ligados as empresas de celulose, ou aos agentes de seu capital, são uma realidade presente, tornando o campo da memória nesse local um palco cotidiano de disputas de poder.

## 5. REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz, 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CARMO, Alane, Fraga. **Colonização e Escravidão na Bahia: A Colônia de Leopoldina (1850 – 1888)**. Dissertação apresentada o Curso de Mestrado em História Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade: Histórias de libertos e escravos na Bahia (1870 – 1910)**. Campinas: Ed. Unicamp, 2006.

GOMES, Liliane Maria Fernandes Cordeiro. **Helvécia: homens, mulheres e eucaliptos (1980-2005)**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro Editora, 2 edição- 6 Reimpressão, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

MATTOS, Wilson Roberto. **Negros Contra a Ordem: Astúcia, resistência e liberdades possíveis (Salvador, 1850 – 1888)**. Salvador: EDUNEB, EDUFBA, 2008.

NORA, Pierre. **Entre memória e História: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, vol. 5, n.10, Rio de Janeiro, 1992.

\_\_\_\_\_. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Vol. 2, n. 3, Rio de Janeiro, 1989.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral**. Projeto História 15. São Paulo, 1997.

SANTANA, Gean, Paulo, Gonçalves. **Vozes e versos quilombolas uma poética identitária em Helvécia**. Tese de doutorado interdisciplinar, Programa de pós-graduação em estudos e linguagens, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**; tradução Rosa Freire de Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte; UFMG, 2007, p. 17.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: História Oral**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1998.